



## O Ano do Jubileu

Alexandre Santos

Comentário sobre o papel deletério sobre as condições de vida dos países exercido pelas dívidas a atribuídas.

O ano 2000 é importantíssimo para a história da humanidade, pois, além de envolver aspectos simbólicos e, mesmo, místicos – implícitos nas referências genéricas ao Século XXI e ao Terceiro Milênio –, encerra aspectos morais e éticos que transcendem aos tempos. Segundo a Bíblia, o ano 2000 marca um Jubileu, um momento impar no qual, através do perdão das dívidas e da libertação dos escravos, a humanidade se reencontra com o Senhor. Esse ângulo do ano 2000 ganha especial relevância na atual quadra da história, tão caracterizada pelos desequilíbrios que separam credores e devedores – os primeiros progressivamente mais ricos e os segundos progressivamente mais pobres. No campo internacional, essa situação fica mais clara quando a miséria dos países devedores, incluso no chamado Terceiro Mundo, é confrontada com a opulência dos seus credores, os países industrializados, deixando nítida a injustiça dos regimes que admitem que a riqueza de uns seja construída a partir do agravamento da pobreza de outros. Infelizmente é dessa permissividade injusta que muitos, especialmente os agiotas, se servem para criar fontes de renda e ampliar sua riqueza.

Esse é um triste modelo. Não é à toa que o agiota e a usura estejam sempre associados ao sofrimento. Afinal de contas, uma pessoa só recorre aos préstimos de um banco, submetendo-se a usura, nos momentos de maior necessidade. Esta é a razão pela qual alguns círculos incluem a criação artificial de necessidades como uma técnica para abertura e ampliação dos mercados financeiros. Aliás, espertos e aéticos, os agiotas costumam ser muito eficazes em criar fórmulas para tornar a usura necessária, explicando e valorizando sua "atividade econômica". O auge da necessidade é o momento mais propício para a realização dos negócios que interessam aos banqueiros, pois, indefesas, suas vítimas tendem a aceitar condições escorchantes sem grandes resistências. Nesse sentido, criam e se aproveitam das situações que aumentam a dificuldade dos mais pobres, clientes potenciais, valorizando, conseqüentemente, sua capacidade de socorro. É o que ocorre, por exemplo, nos momentos em que uma pessoa precisa recorrer a empréstimos para atender as necessidades básicas da família. Naturalmente, além das horas de dificuldade pessoal ou familiar, os agiotas atuam em muitos outros momentos de necessidade, inclusive naqueles de natureza empresarial. Essa aplicação da usura, inclusive, é a base do capitalismo e principal argumento para a unção da agiotagem a condição de "atividade econômica respeitável". Com efeito, os empréstimos que financiam atividades vantajosas comercialmente introduzem um novo elemento na relação devedor-credor. Na lógica usual,

os benefícios decorrentes da alavancagem financeira justificam a cobrança e conseqüentemente pagamento de uma prenda ao proprietário do capital. É com base nesse entendimento que, sem receber convite ou correr riscos, os bancos assumem a condição de sócio virtual dos empreendimentos, arrebatando grande parte dos seus rendimentos. Assim, com os olhos sempre colocados na perspectiva de lucros, da mesma forma que atuam no caso daqueles que vivem momentos de dificuldade pessoal ou familiar, os agiotas se aproveitam da situação daqueles que dependem do seu apoio para empreender sonhos ou projetos, impondo suas condições. Isso é o que ocorre quando, por exemplo, diante do empresário que depende de um empréstimo para honrar compromissos, o gerente do banco condiciona sua boa vontade a aquisição de seguros e outros "produtos bancários", extorquindo sua vítima.

Os agiotas são vorazes e não se contentam com os "negócios" que surgem espontaneamente no mercado financeiro. Querendo sempre mais, se aplicam em aumentar o volume global dos seus créditos tentando, de um lado, elevar a dívida individual de cada um dos seus clientes e, de outro, aumentar sua freguesia. Com esse desígnio, além de praticar taxas escorchantes, manipulam a submissão e a cumplicidade de gestores irresponsáveis para ampliar a clientela pela criação de dívidas desnecessárias. Nesse aspecto, infelizmente, o Brasil é um exemplo típico de como a ação articulada dos agiotas internacionais com governantes irresponsáveis e coniventes pode produzir dívida e dependência. De fato, a dívida internacional brasileira foi criada artificialmente, ainda no processo da sua independência por exigência da Inglaterra, em episódio pouco divulgado. Para que tivesse sua independência reconhecida diplomaticamente pela Inglaterra, o Brasil foi forçado a assumir, como sendo sua, a dívida externa de Portugal. Na seqüência dessa gênese surrealista, a dívida externa brasileira cresceu assustadoramente graças a cumplicidade e beneplácito de gestores irresponsáveis. Submissos às pressões ou encantados pelo canto-da-sereia da chamada Comunidade Internacional, nossos governantes realizaram negócios de necessidade questionável, ampliando nossa dívida sob condições que comprometem a soberania do país. Só no governo do presidente Cardoso, reconhecidamente xenófilo e ufanista, o valor global da dívida do Brasil foi quadruplicado.

Fazendo da desdita alheia o seu negócio, as instituições agiotas se aproveitam dos momentos de maior fragilidade de suas vítimas para impor contratos leoninos, criando uma áurea jurídica de legitimidade questionável para acelerar e formalizar a rapina. Esses acordos, que raramente podem ser previamente contestados pelos necessitados, estabelecem taxas, garantias, prazos e toda a sorte de condições convenientes aos agiotas, materializando a relação de dependência. A formalização legal desses contratos, embora possa indicar seu reconhecimento jurídico, não altera sua essência leonina e não garante o cumprimento dos seus termos. Tanto é assim que os agiotas reforçam aqueles grilhões formais com estruturas paralelas que criam vínculos adicionais para submeter os devedores. É nesse sentido que deve ser compreendida a existência de instituições como o SERASA e o SPC. No âmbito internacional, os Raubritters agiotas, campeões da espoliação e experimentados no colonialismo, dispõem de poderosos instrumentos para "reforçar" os tais contratos para manter o milenar esquema escravocrata responsável pela sua riqueza. Entre

eles, destacam-se os tratados comerciais – que, refletindo a correlação das forças envolvidas, favorecem o interesse dos países ricos – a pressão diplomática – que, nos casos extremos, sempre pode recorrer ao emprego da força militar – e a ação de instituições como o Fundo Monetário Internacional. A articulação desses instrumentos visa ampliar a relação de dependência dos países devedores a seus credores. Observe que, nesse caso, o FMI funciona como uma espécie de SERASA mundial, pois os agiotas internacionais condicionam todo e qualquer empréstimo aos países em dificuldade à sua prévia anuência. Nesse embalo, acenando com a possibilidade de empréstimos "salvadores", o FMI impõe condições humilhantes aos países que o procuram. Na prática, realizando o sonho dos credores internacionais, o FMI assume a administração econômica dos países devedores, garantindo o pagamento das suas dívidas. Em operações pomposamente chamadas de "ajustes", o FMI obriga os países devedores a comprometer toda sua capacidade econômica no pagamento da sua dívida com os agiotas internacionais, inviabilizando o desenvolvimento nacional e deixando à míngua as áreas sociais. O custo social dos acordos com o FMI é elevado, provocando a iniquidade social e o atraso econômico.

A exceção dos casos em que financiam empreendimentos de grande retorno financeiro, a atividade dos agiotas tende a aprofundar o desnível econômico entre devedores e credores. Nesse sentido, independentemente da eventual legalidade dos contratos firmados, a ligação entre os agiotas e suas vítimas é injusta, pois amplia a pobreza dos devedores, gerando uma relação escravocrata que aprisiona pessoas, entidades e países. A livre atuação dos agiotas escravocratas é uma das principais causas da iniquidade social e da pobreza endêmica que assola os países do Terceiro Mundo. Na hipótese da livre continuidade do modelo libertino que os protege e estimula, a situação tende a se agravar, debilitando progressivamente as condições de vida nos países do Terceiro Mundo e dos pobres em geral. Há, portanto, a necessidade da sua interrupção. Nesse sentido, o ano do Jubileu deve ser encarado como mais uma demonstração da sabedoria divina, pois, ao exigir o perdão das dívidas e a liberação dos escravos, cria a oportunidade indispensável para que todos possam se reencontrar com o Senhor e participar do grande congraçamento da humanidade. Assim, o Jubileu do ano 2000 é uma grande chance para que os agiotas redimam seus pecados, especialmente aqueles cometidos no período em que construíram seu patrimônio de escravos e devedores, ganhando a oportunidade de participar do congraçamento que marcará a entrada da humanidade no terceiro milênio.

Texto distribuído pela Internet em dezembro de 1999.